



**MINISTÉRIO DA ECONOMIA
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE DISSEMINAÇÃO PARA A INOVAÇÃO
ACADEMIA DE PROPRIEDADE INTELECTUAL, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
DIVISÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

DELIBERAÇÃO PPGPI/ DIPGP/ACAD Nº 001, DE 09 DE OUTUBRO DE 2019

Assunto: Chamada para candidaturas individuais ao processo avaliativo para credenciamento de docentes no âmbito do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Propriedade Intelectual e Inovação.

A Comissão dos Cursos de Mestrado e Doutorado (CCMD) do Programa de Pós-graduação *stricto sensu* em Propriedade Intelectual e Inovação (PPGPI) do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 16 do Regimento Interno do PPGPI, instituído pela Resolução INPI/PR/ nº 2016/2018,

RESOLVE:

Art. 1º Dar início ao processo de avaliação relativo a candidaturas individuais para credenciamento de docentes permanentes e colaboradores para o Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Propriedade Intelectual e Inovação, de que trata o art. 8º da Resolução INPI nº 231/2018.

§1º Os critérios gerais para enquadramento do docente na categoria “permanente” estão descritos na Resolução INPI nº 231/2018.

§2º O presente processo é destinado a candidatos que tenham vínculo funcional com o INPI.

DAS INSCRIÇÕES

Art. 2º Podem se candidatar ao credenciamento na qualidade de docente permanente ou colaborador do PPGPI os portadores de título de Doutor em qualquer área do conhecimento.

Parágrafo único: O título de Notório Saber, conferido por órgão competente, nos termos da legislação vigente, pode ser empregado no lugar do título de Doutor.

Art. 3º A inscrição deverá ser feita por meio do formulário específico disponível em <http://www.inpi.gov.br/academia/formularios>, que deverá ser entregue pelo candidato ou por pessoa legitimada por meio de procuração no Serviço Acadêmico da Academia de Propriedade Intelectual e Inovação do INPI, juntamente com a documentação exigida.

1. DOCUMENTOS EXIGIDOS

Art. 4º O candidato deverá apresentar a seguinte documentação:

I – Formulário de cadastro para Processo Avaliativo de Credenciamento de Docentes, devidamente preenchido e assinado;



**MINISTÉRIO DA ECONOMIA
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE DISSEMINAÇÃO PARA A INOVAÇÃO
ACADEMIA DE PROPRIEDADE INTELECTUAL, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
DIVISÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

II - 1 (uma) cópia, frente e verso, do diploma de doutorado fornecido por IES e reconhecido pelo CNE/MEC;

III - 1 (uma) cópia do *Curriculum Vitae* cadastrado na Plataforma Lattes, sem encadernação;

IV - 1 (uma) cópia do Plano de Trabalho do candidato, contendo os elementos descritos no art. 7º do item 2.2 da presente chamada.

2. DO PROCESSO AVALIATIVO PARA O CREDENCIAMENTO

Art. 5º O processo de credenciamento relativo a candidaturas individuais compreende a Análise de Currículo e Análise de Plano de Trabalho.

Parágrafo único - O CPG indicará Comitê específico para o Processo Avaliativo de Credenciamento, composto por, no mínimo 3 (três) docentes permanentes do PPGPI.

2.1 ANÁLISE DE CURRÍCULO

Art. 6º Será avaliada a produção intelectual (bibliográfica e técnica) relativa aos quatro anos imediatamente anteriores ao ano da formulação da candidatura, de acordo com os critérios estabelecidos na Resolução INPI nº 231/2018.

Parágrafo Único - O candidato deverá comprovar pelo menos 3 (três) anos de experiência profissional na área da propriedade intelectual.

2.2 ANÁLISE DO PLANO DE TRABALHO

Art 7º O Plano de Trabalho deverá contemplar proposta de atuação docente, incluindo obrigatoriamente: a) temas de interesse para desenvolvimento de projeto de pesquisa no PPGPI; b) enquadramento em pelo menos 2 linhas de pesquisa do Programa (<http://www.inpi.gov.br/academia/pos-graduacao/areas-de-concentracao-e-linhas-de-pesquisa>); c) ementa de disciplina eletiva a ser ministrada pelo docente no âmbito dos cursos do Mestrado e/ou Doutorado Profissionais.

Art. 8º O candidato apresentará oralmente, em data a ser divulgada *a posteriori*, um tópico de livre escolha relativo à disciplina proposta, em até 30 minutos, perante Comitê de que trata o §1º do art. 5º desta Deliberação.

Parágrafo Único - O Plano de Trabalho será considerado “Aceito” ou “Não aceito”, sendo etapa eliminatória do processo de credenciamento.



**MINISTÉRIO DA ECONOMIA
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE DISSEMINAÇÃO PARA A INOVAÇÃO
ACADEMIA DE PROPRIEDADE INTELECTUAL, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
DIVISÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

3. DA HOMOLOGAÇÃO DO CREDENCIAMENTO


Art. 9º O CPG homologará, em ato próprio, o resultado do processo avaliativo, expedindo credenciamento inicial ao docente pelo período de 4 (quatro) anos.

Art. 10 O candidato que não cumprir com os requisitos mínimos para enquadramento na categoria de permanente, poderá, a critério do CPG, ser credenciado inicialmente como docente colaborador.

4. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11. A Resolução INPI nº 231/2018 será aplicada a esta Deliberação subsidiariamente. Casos omissos serão resolvidos pelo CPG, ouvida a CCMD.

Rio de Janeiro, 9 de outubro de 2019


Divisão de Pós-Graduação e Pesquisa
Celso Luiz Salgueiro Lage
Chefe Substituto